

Indicações Geográficas e governança: um mapeamento do campo científico mundial *Geographical Indications and Governance: A Mapping of the Global Scientific Field*

Autor(es): Priscilla Tiara Torrezan Chaves; Sandra Mara de Alencar Schiavi

Filiação: Universidade Estadual de Maringá (UEM); Programa de Pós-Graduação em Administração (PPA), Universidade Estadual de Maringá (UEM)

E-mail: priscilla.1007@hotmail.com; sandraschiavi@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT02. Governança e gestão do agronegócio

Resumo

O presente artigo possui como objetivo mapear a produção científica mundial sobre Indicação Geográfica (IG), especialmente quanto à governança. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliométrica, a partir de artigos científicos indexados nas bases de dados da *Scopus*, *Web of Science* e *SciELO Citation Index*. Foram realizadas análises descritivas e de rede de co-ocorrência de palavras-chave, visando caracterizar a produção científica e os principais eixos temáticos de pesquisa. Os resultados indicam que é um campo em crescimento, em que estudos têm sido realizados em diversas regiões e países em todo o mundo, sobre diversos produtos agrícolas, de origem animal e artesanais. Identificou-se cinco principais eixos temáticos de pesquisa: (1) Proteção da IG; (2) Gestão estratégica; (3) Perspectivas verticais e horizontais; (4) Questões mercadológicas e institucionais; e (5) Governança. Conclui-se que a governança permeia e pode impactar todas as temáticas sobre Indicação Geográfica. Destaca-se que há um uso não padronizado e irrestrito de termos sobre os tipos de IGs, podendo impactar na coesão do campo científico sobre Indicação Geográfica.

Palavras-chave: Nova Economia Institucional; Economia dos Custos de Transação; Governança territorial; Desenvolvimento territorial.

Abstract

This article aims to map the global scientific production on Geographical Indication (GI), especially regarding governance. To this end, a bibliometric analysis was carried out, based on scientific articles indexed in the Scopus, Web of Science and SciELO Citation Index databases. Descriptive and keyword co-occurrence network analyses were performed, aiming to characterize the scientific production and the main thematic axes. The results indicate that it is a growing field, in which studies have been carried out in several regions and countries around the world, on various agricultural, animal and artisanal products. Five main thematic axes of research can be identified: (1) GI protection; (2) Strategic management; (3) Vertical and horizontal perspectives; (4) Market and institutional issues; and (5) Governance. It is concluded that governance permeates and can impact all the themes on Geographical Indication. It is worth noting that there is a non-standardized and unrestricted use of terms regarding the types of GIs, which may impact the cohesion of the scientific field on Geographical Indication.

Key words: New Institutional Economics; Transaction Cost Economics; Territorial Governance; Territorial Development.

1. Introdução

A Indicação Geográfica (IG) é um sinal distintivo usado em produtos que têm uma origem geográfica específica e que possuem qualidades, características e reputação devidas a essa origem (FAO, 2025; WIPO, 2025). Assim, as IGs são direitos de propriedade intelectual, de forma a identificar e proteger bens e serviços com tal sinal distintivo (WIPO, 2025; INPI, 2025a). De forma geral, as IGs são adotadas e protegidas em diferentes países e sistemas regionais, por meio de abordagens variadas desenvolvidas a depender de tradições legais e dentro de estruturas históricas e econômicas individuais (WIPO, 2025).

No Brasil, por exemplo, a IG é definida como um instrumento de propriedade industrial que visa à distinção e valorização de produtos e serviços vinculados a determinada origem geográfica (INPI, 2023a). Ela foi instituída a partir da Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996), sendo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) responsável por estabelecer as condições de registro e reconhecimento das IGs no país. Para obter e utilizar esse

instrumento os interessados devem seguir um processo de estruturação da IG, passar pela etapa de reconhecimento pelo INPI e só após o reconhecimento é possível utilizar desse sinal.

De acordo com o um inventário mundial sobre propriedade intelectual realizado em 2023, existiam 58.600 IGs protegidas em 86 países, incluindo as protegidas por meio de marcas registradas e por acordos comerciais (WIPO, 2023). No Brasil, até março de 2025, havia 130 registros de IG nacionais (INPI, 2025b). Nota-se, portanto, a extensa adoção desse instrumento de propriedade industrial em todo o mundo.

Como resultado do reconhecimento da IG, espera-se acesso a novos mercados, agregação de valor e aprimoramento dos processos de produção, relacionados a aspectos mais econômicos (Vandecandelaere *et al.*, 2018; Teixeira Neto; Pigatto; Lorenzani, 2018; Milano; Cazella, 2022). Almeja-se ainda outros resultados mais relacionados com o território de maneira mais ampla, como a preservação do patrimônio natural e cultural, o estímulo a atividades turísticas e demais processos de inovação (Dullius, 2009; Milano; Cazella, 2022), como também resultados relacionados com a proteção da região produtora, proteção do saber-fazer tradicional e da herança histórico-cultural, inclusive visando proteger a região de ações oportunistas e falsificações (Niederle, 2012; Milano; Cazella, 2022). Por isso, a IG é vista como potencial ferramenta de promoção ao desenvolvimento territorial (Vandecandelaere *et al.*, 2018; Milano; Cazella, 2022). Observa-se que, para se alcançar esses resultados esperados, são necessários diversos aspectos; dentre os principais, está a governança desse instrumento (Chimento; Fernandes, 2017; Palomino *et al.*, 2021).

Contudo, alguns autores alertam para limitações desse instrumento, especialmente no Sul Global, em alcançar esses potenciais resultados descritos da literatura (Niederle; Mascarenhas; Wilkinson, 2017; Milano; Cazella, 2022). Uma das limitações é que, por vezes, a IG atende somente objetivos de um grupo restrito de atores da cadeia produtiva, ou gera consequências negativas não pretendidas, descaracterizando o objetivo central que justificou sua existência (Niederle; Mascarenhas; Wilkinson, 2017; Milano; Cazella, 2022). Além disso, Chaves *et al.* (2024) relatam problema decorrente da ausência de uma instituição que faça papel de liderança no funcionamento da IG. Silva *et al.* (2012) acrescentam que não é clara a atribuição dos papéis de diversos órgãos envolvidos nas IGs brasileiras.

Os autores Niederle, Mascarenhas e Wilkinson (2017) relatam que após décadas de uso do instrumento de IG, em várias regiões do Brasil os produtores começam a questionar os prometidos impactos socioeconômicos. De acordo com os autores, em alguns casos, a IG deixou de ser utilizada sob a justificativa de não trazer retorno monetário que compense os custos de adequação às normas e padrões. Em outros, jamais houve sequer a avaliação de conformidade dos produtos, de modo que os produtores nunca fizeram menção à IG nos seus produtos. Ainda, Teixeira Neto, Pigatto, Lorenzani (2018) mostram em seu estudo que a falta de coordenação e governança das transações não levaram à valorização do produto, em termos de preços, troca de informações e em demandas específicas de qualidade. Portanto, percebe-se que há diversos problemas relativos às questões de governança no processo de IGs.

Nesse sentido, entender aspectos da governança de Indicação Geográfica se faz relevante, especialmente ao se considerar a diversidade de estruturas e modelos de IG nos diferentes países. Dentre teorias e abordagens que buscam compreender esses aspectos estão a Nova Economia Institucional (NEI) juntamente com a Economia dos Custos de Transação (ECT), ao considerar questões mais econômicas, voltada para governança econômica. Essa governança está relacionada com a coordenação eficiente de atores em transações econômicas, tendo como base o ambiente institucional (regras formais e restrições informais), pressupostos comportamentais (racionalidade limitada e comportamento oportunista) e os atributos da transação (frequência, incerteza e especificidade do ativo) (Williamson, 1985). Além disso, considera-se a abordagem voltada para a governança territorial, relacionada com a coordenação

de atores sociais, econômicos, políticos etc. para a resolução de problemas comuns, de forma a buscar o desenvolvimento territorial (Pires *et al.*, 2011; Dallabrida, 2015; Oliveira, 2019). Em diferentes contextos, destaca-se a importância de se compreender as discussões sobre Indicação Geográfica, principalmente tratando de elementos da governança.

Assim, diante do contexto apresentado, objetiva-se nesse artigo **mapear a produção científica mundial sobre a Indicação Geográfica (IG), especialmente quanto à governança**. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliométrica nas bases de dados da *Scopus*, *Web of Science* e *SciELO Citation Index*. Com isso, busca-se caracterizar a produção científica sobre IG e sobre a governança no processo de Indicação Geográfica. De modo que foi considerado como período de busca, o início da indexação nas bases de dados até o mês de fevereiro de 2025. De forma que se busca contribuir para a discussão desse instrumento que vêm crescendo no Brasil e no mundo, ao passo que se entende até onde essa discussão vai, por meio do estado da arte, e em que ele ainda pode avançar.

O presente trabalho está sendo desenvolvido no âmbito de projeto de pesquisa intitulado “Inovação e transição sustentável: cesta de bens e serviços em territórios amazônicos” (AMA2022171000002 - Fundação Araucária / TC 022/2023 - proc. 1111/2023- SPG UEM), com financiamento da Fundação Araucária, em iniciativa da Amazônia +10.

O artigo está estruturado abrangendo a presente introdução, seguida do referencial teórico, com um breve histórico das IGs no mundo e no Brasil, e dos principais conceitos sobre governança territorial e governança econômica, abrangendo a Nova Economia Institucional e a Economia dos Custos de Transação. Após essa seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos, seguidos dos principais resultados e discussões, os quais abarcam a caracterização descritiva do campo científico, bem como os principais eixos temáticos sobre a IG no mundo e especialmente relacionada a governança. Por fim, são apresentadas as considerações finais do artigo.

2. Referencial teórico

2.1 Indicação Geográfica (IG)

A história da Indicação Geográfica remonta a Idade Antiga, em que um produto era relacionado ao seu local de origem (Valente *et al.*, 2012). O primeiro registro formal de IG aconteceu no ano de 1756, em Portugal, a partir da reivindicação coletiva de produtores de vinho do Porto. Isso ocorreu aspirando identificar e coibir fraudes da produção de vinhos de outras regiões. Com isso, Marquês de Pombal delimitou a área que poderia fazer referência ao “vinho do Porto” (Valente *et al.*, 2012; Milano; Desconsi; Cazella, 2022).

Contudo, o uso de IG proliferou na Europa a partir de meados do século XX e vem crescendo nos continentes não-europeus, especialmente a partir dos anos de 1990 (Milano; Desconsi; Cazella, 2022). Alguns exemplos conhecidos mundialmente são o vinho de Bordeaux e o queijo Roquefort na França, o presunto de Parma e o queijo *Parmigiano Reggiano* na Itália, e o vinho do Vale do Douro (vinho do Porto) de Portugal (Valente *et al.*, 2012).

Ao longo dos anos diferentes acordos, tratados e convenções foram promovidos para tratar das Indicações Geográficas em nível mundial, dentre eles tem-se a Convenção da União de Paris (CUP), Acordo de Madri, Acordo de Lisboa e Ato de Genebra (WIPO, 2025). Atualmente, o acordo mais abrangente sobre propriedade intelectual e especificamente de IG é o Acordo TRIPS (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*), tratado internacional no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Esse tratado comercial está ligado as transações comerciais de propriedade intelectual e estipulou critérios mínimos de proteção a cada país signatário (WIPO, 2025; OMC, 1994). Para propósito desse acordo, no art. 22, as

Indicações Geográficas são definidas como “indicações que identifiquem um produto como originário do território de um Membro, ou região ou localidade deste território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída à sua origem geográfica” (OMC, 1994, p. 7).

No Brasil, a IG foi regulamentada com a Lei nº. 9.279 de 14 de maio 1996, sobre a Propriedade Intelectual, a partir da ratificação do Brasil ao Acordo TRIPS, a qual passou a vigorar em 1996 (Brasil, 1996). A Lei de Propriedade Industrial (LPI) estabelece que as Indicações Geográficas se dividem em Indicação de Procedência e Denominação de Origem. Entende-se por Indicação de Procedência (IP) o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço (INPI, 2023a). Já por Denominação de Origem (DO), considera-se o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos (INPI, 2023a).

No entanto, em outras partes do mundo há outras nomenclaturas, divisões e especificações. Na União Europeia, por exemplo, há duas formas principais, a Denominação de Origem Protegida (DOP) – em inglês *Protected designation of origin (PDO)* – quando um produto cuja qualidade, características e reputação se devem exclusivamente a determinada localidade, em que as etapas de produção, transformação e elaboração ocorrem na mesma região; e a Indicação geográfica protegida (IGP) – em inglês *Protected geographical indication (PGI)* – quando as características, reputação e qualidade dependem de determinada localidade com pelo menos um dos estágios de produção, transformação ou elaboração ocorre na região em questão (WIPO, 2025). Além disso, há a Especialidade Tradicional Garantida (ETG), em inglês *Traditional speciality guaranteed (TSG)*, a qual se destaca os aspectos tradicionais, como a maneira que o produto é feito ou sua composição, sem estar vinculado a uma área geográfica específica (WIPO, 2025). Na França há um sistema jurídico específico nomeado como *Appellation d’Origine Contrôlée* e foi criado o Instituto Nacional das Apelações de Origem (INAO), organismo estatal sob tutela dos Ministérios da Agricultura e da Economia que regulamenta as ações de organizações que utilizam apelações de origem controlada (Valente *et al.*, 2012).

Assim, tem-se diferentes maneiras de proteger uma IG e que levam diferentes nomenclaturas, sejam por sistemas especiais de proteção – imposto pelos países e que é chamado de *sui generis systems* – ou sejam usando marcas e certificações coletivas, por exemplo (WIPO, 2025). De modo que as IGs são protegidas em diferentes países e de sistemas regionais por formas variadas, a depender das diferentes tradições legais e dentro de condições históricas e econômicas individuais (WIPO, 2025).

Embora as IGs tenham iniciado e sejam tradicionais na Europa, cada vez mais economias de nações emergentes e do Sul global tem buscado nas IGs proteção e seus possíveis benefícios. Na Índia e China, por exemplo, tem apresentado ao mundo produtos tradicionais sob a garantia da procedência (Valente *et al.*, 2012). Na África, como exemplos de produtos protegidos por IG podem-se citar o óleo de oliva de Aragan e o abacaxi da Guiné; na Ásia, o vinho amarelo de Shaixing, da China e o chá, do Sri Lanka; na América Latina, a tequila e o café de Vera Cruz, no México, o pisco peruano, os charutos cubanos e o café da Colômbia (Lima *et al.*, 2007; Valente *et al.*, 2012).

2.2 Governança territorial e Desenvolvimento territorial

A análise da governança na sua dimensão territorial considera as articulações e interdependências entre atores sociais na definição de formas de coordenação horizontal e vertical da ação pública e regulação dos processos econômicos e sociais territoriais (Pires *et al.*, 2011). Para Pires *et al.* (2011), a governança territorial é definida como um processo institucional e organizacional para a construção de uma estratégia que compatibilize os diferentes modos de coordenação entre atores, a fim de resolver problemas inéditos. Assim, os atores econômicos se articulam entre si e com os atores institucionais, sociais e políticos por meio das “regras do jogo” para cumprirem com o compromisso de resolver os problemas. Além disso, a governança territorial também media a dimensão local da global por meio de ações realizadas por atores do território (Pires *et al.*, 2011).

Em consonância, Dallabrida (2015) conceitua governança territorial como sendo o “governo dos territórios”, em um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que envolve diversos atores, tais como os empresariais, sociais, políticos e estatais etc., que decorre em contextos de sociedades complexas, conflituosas e regidas por processos multiescalares conectados, o que implica em um desafio na prática. Dito de outra forma, a governança territorial se refere à capacidade de uma sociedade organizada territorialmente de gerir assuntos públicos por meio de relações de cooperação entre os agentes sociais, econômicos e institucionais (Dallabrida, 2011; Oliveira, 2019).

É consenso entre os autores que a governança territorial tem como objetivo o desenvolvimento territorial (Pires *et al.*, 2011; Dallabrida, 2015; Oliveira, 2019), o qual pode ser entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à qualidade de vida da população, bem como da dinamização socioeconômica (Dallabrida, 2015; 2016). Desse modo, por um lado há recursos e ativos territoriais que são fatores a serem explorados. Por outro, tem-se os atores (privados, públicos e associativos) e seus diferentes modos de coordenação que objetivam resolver problemas produtivos inerentes ao território (Dallabrida *et al.*, 2021).

Portanto, um ponto central na discussão sobre governança territorial e desenvolvimento territorial é a coordenação entre os atores – sejam eles privados, públicos, associativos, políticos, sociais – visando resolver problemas que são comuns, mesmo quando há interesses diversos. Isto posto, percebe-se que há diferentes definições para governança territorial, no entanto há elementos comuns entre elas, especialmente considerando a coordenação dos atores e visando o desenvolvimento territorial.

2.3 Governança econômica no âmbito da Nova Economia Institucional (NEI) e Economia dos Custos de Transação (ECT)

A Nova Economia Institucional (NEI) surgiu frente a teoria neoclássica da economia, por meio daqueles que acreditavam que as instituições eram importantes e suscetíveis à análise (North, 1990; Williamson, 2000; Joskow, 2004). Assim, a NEI se preocupa com as instituições, normas e regras, pois elas moldam e restringem as interações humanas (North, 1990; Ménard; Shirley, 2014). North (1990) salienta que as instituições afetam o desempenho econômico, sejam elas de um nível macro ou micro, sendo esses os dois níveis analíticos da NEI.

O nível macroanalítico, também conhecido como ambiente institucional, são as “regras do jogo”. Esse ramo é composto pelas regras, leis, direitos de propriedade, normas e costumes de uma sociedade, podendo ser formais, como as constituições e leis; ou informais, como a cultura e os costumes (North, 1990; Menard; Shirley, 2014). O nível microanalítico, por sua vez, é composto pelas estruturas de governança, são o “jogar o jogo” para North (1990). Esse ramo é responsável pelos estudos a nível de governança, em que se analisa como são

organizadas as transações (Joskow, 2004). É esse ramo que a Economia dos Custos de Transação (ECT).

A ECT tem como objetivo a coordenação eficiente dos agentes, como maneira de minimizar os custos de transação por meio do alinhamento entre os atributos da transação (frequência, incerteza e especificidade do ativo) e as estruturas de governança (mercado, híbrido e integração vertical), tendo em mente os pressupostos comportamentais inerentes aos indivíduos (racionalidade limitada e comportamento oportunista).

O pressuposto comportamental relacionado ao comportamento oportunista está ligado a busca pelo interesse próprio com avidez (Williamson, 1985; Azevedo, 2000). Por racionalidade limitada, entende-se que os indivíduos possuem um limite em sua capacidade cognitiva para processar as informações disponíveis que já não são completas (Williamson, 1985; Azevedo, 2000). Com relação aos atributos da transação, a frequência está lidada a recorrência da transação. A incerteza está relacionada com a não previsão de acontecimento e comportamentos futuros (Williamson, 1985; Zylbersztajn, 2000). E a especificidade de ativo está vinculada com a possibilidade de utilização alternativa ao ativo sem que haja perda de valor, sendo de acordo com Williamson (1985) o atributo mais relevante na escolha da estrutura de governança.

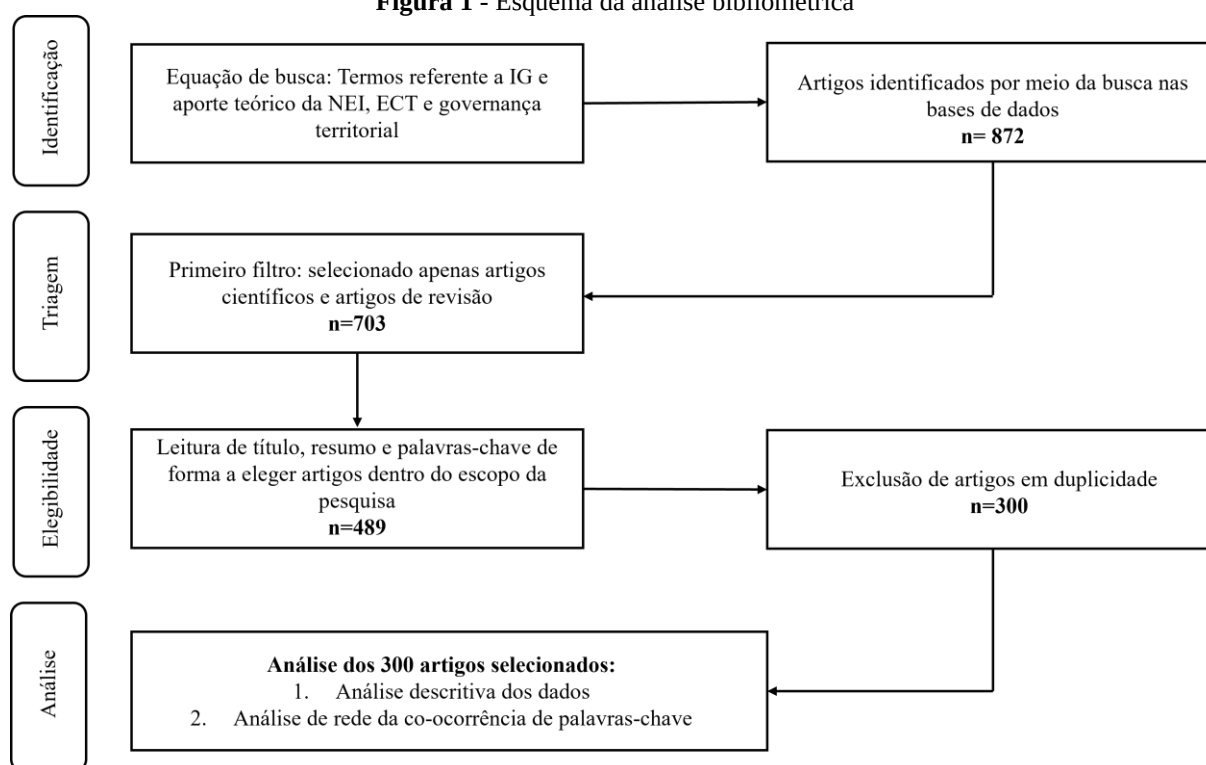
As estruturas de governança podem ser definidas como mecanismos de coordenação pelos quais as transações são organizadas (Williamson, 1985). Elas podem ser organizadas a partir de uma relação pura de mercado; por híbrido, ou seja, por contratos, sejam eles formais ou apenas acordos verbais; ou por integração vertical, quando a empresa abarca as transações internamente (Williamson, 1985). De acordo com Williamson (2009), a governança é um conceito abrangente, em que a Economia dos Custos de Transação (ECT) é o meio pelo qual se imprime conteúdo operacional na governança e na organização. Para o autor, governança é um meio pelo qual se infunde ordem, mitigando o conflito e obtendo ganhos mútuos. Nesta perspectiva entende-se neste trabalho como sendo a governança econômica.

Portanto, a partir da NEI e ECT é possível compreender a forma como as transações são organizadas pelos atores econômicos, tendo como base o ambiente institucional, os pressupostos comportamentais dos agentes, e considerando os atributos da transação para adoção de estruturas de governança eficientes, a governança econômica.

3. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa teve como objetivo mapear a produção científica mundial sobre Indicação Geográfica (IG), especialmente quanto à governança. Para atingir esse objetivo foi realizada uma análise bibliométrica em artigos indexados nas bases de dados da *Scopus*, *Web of Science* e *SciELO Citation Index*. A revisão bibliométrica envolveu o levantamento nas bases, uma análise descritiva e uma análise de rede de co-ocorrência de palavras-chave. Assim, a revisão foi realizada em quatro etapas de acordo com a diretriz PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), a qual estabelece os principais critérios de elaboração de revisões e meta-análises (Moher *et al.*, 2009). A Figura 1 apresenta as etapas realizadas na presente pesquisa.

Figura 1 - Esquema da análise bibliométrica



Fonte: as autoras

A primeira etapa buscou identificar os artigos sobre o tema da IG, especialmente quanto a governança, considerando as teorias da Nova Economia Institucional (NEI), Economia dos Custos de Transação (ECT) e governança territorial, nas bases de dados da *Scopus*, *Web of Science* e *SciELO Citation Index*. Para tanto, montou-se uma equação de busca com base nos principais termos sobre a temática foco desse artigo. Assim, tomou-se como base referências para o tema, como: INPI (2023a) e WIPO (2025), referentes aos termos sobre IG; Williamson (1985; 1991; 2000), Zylbersztajn (2000) e Ménard e Shirley (2014), referentes aos termos sobre NEI e ECT; e os autores Pires *et al.* (2011), Dallabrida (2015) e Oliveira (2019), referentes a governança territorial e desenvolvimento territorial. A escolha dos termos envolveu diversos testes nas bases de dados, de forma a identificar a equação que mais retornava artigos dentro do escopo do objetivo da pesquisa. Além disso, a busca envolveu tanto termos em inglês como em português para garantir que retornassem artigos na língua mãe do Brasil, especialmente ao considerar a base de dados da *SciELO Citation Index*. A equação envolveu a busca pelos termos no título, resumo e palavras-chave.

Assim, buscou-se artigos que apresentavam termos referentes a IG juntamente com algum termo referente às teorias bases do estudo. Essa escolha se deu a partir de testes para retornar artigos mais assertivos com o escopo da pesquisa. De forma a realizar filtros manuais a partir da leitura de título, resumo e palavras-chave para então formar a base de dados para análise. Nessa leitura preliminar não foram selecionados artigos que só citavam IG ou algum tipo de IG, portanto, foram só aceitos artigos que tinham uma análise sobre a IG.

A escolha pelas bases de dados da *Scopus*, *Web of Science (WoS)* e *SciELO Citation Index (SciELO CI)* deu-se pela relevância e abrangência dos periódicos indexados nessas bases. Em especial, a base da *SciELO CI* foi incluída na pesquisa por ter indexado os principais periódicos de acesso aberto da América Latina (inclusive o Brasil). Assim, ao usar essas três bases de dados, pretendeu-se diminuir o risco de perda de artigos pertinentes dado a diferença de cobertura das bases. Com relação ao período de busca, não se estabeleceu recorte temporal,

sendo realizada em fevereiro de 2025, ou seja, buscou-se desde o início de quando houve publicações sobre a temática, disponíveis nas bases, até fevereiro de 2025.

A partir disso, rodou-se a equação de busca nas bases de dados, encontrando 872 resultados. Com os resultados encontrados realizou-se um primeiro filtro, o qual foi aplicado para considerar apenas artigos científicos e artigos de revisão, ou seja, artigos revisados por pares – não sendo considerados capítulos de livro, editoriais, notas e artigos de conferência, por exemplo – restando 703 artigos científicos. Após esse primeiro filtro, realizou-se a leitura do título, resumo e palavras-chave dos 703 artigos, de forma a selecioná-los de acordo com o escopo da pesquisa (etapa de elegibilidade da Figura 1). Depois foram retirados os artigos que estavam em duplicidade, ou seja, que estivesse em mais de uma base de dados, ficando com o total de 300 artigos para as análises posteriores.

Por fim, na última etapa, com base nos 300 artigos selecionados, foram realizados dois tipos de análises: 1) análise descritiva dos principais dados dos artigos, sendo eles: título, autor, periódico da publicação, ano de publicação, afiliação (universidade e país), número de citações, idioma e palavras-chave; 2) construção e análise de rede de co-ocorrência de palavras-chave, a partir das palavras-chave dos autores dos artigos, o que permitiu mostrar os principais temas de pesquisa sobre a temática da IG, e também sobre governança da IG.

Para a análise descritiva, elaborou-se gráficos e tabelas com os principais dados dos artigos, sendo eles: ano de publicação, idiomas dos artigos, países, afiliação dos autores, periódicos e os números de citações. Para a construção e análise do gráfico em rede de co-ocorrência de palavras-chave, primeiramente organizou-se o banco de dados somente com as palavras-chave elaboradas pelos autores dos artigos – advindas das três bases de dados e sem as duplicações. Com isso, foram realizadas padronizações dessas palavras, por exemplo, colocando palavras iguais no singular ou no plural (por exemplo: palavras como *geographical indication* e *geographical indications* foram padronizadas apenas para *geographical indication*), como também siglas que por vezes aparecem descritas ou apenas as palavras foram padronizadas para a forma de sigla. Essa padronização é necessária para conseguir de fato identificar termos iguais e que gerem co-ocorrências corretas.

Em seguida, com o auxílio da plataforma CorText (CORTEXT, 2025), foi gerado um gráfico de rede de palavras-chave tendo em vista a frequência de co-ocorrência dessas palavras, ou seja, a frequência em que determinadas palavras-chave aparecem juntas e relacionadas. A partir desse gráfico de rede foram identificados os principais eixos temáticos de discussão sobre Indicação Geográfica, especialmente quanto a governança. Como consequência dessas análises (descritiva e de rede de co-ocorrência de palavras-chave), foi possível caracterizar esse campo científico.

4. Resultados e discussão

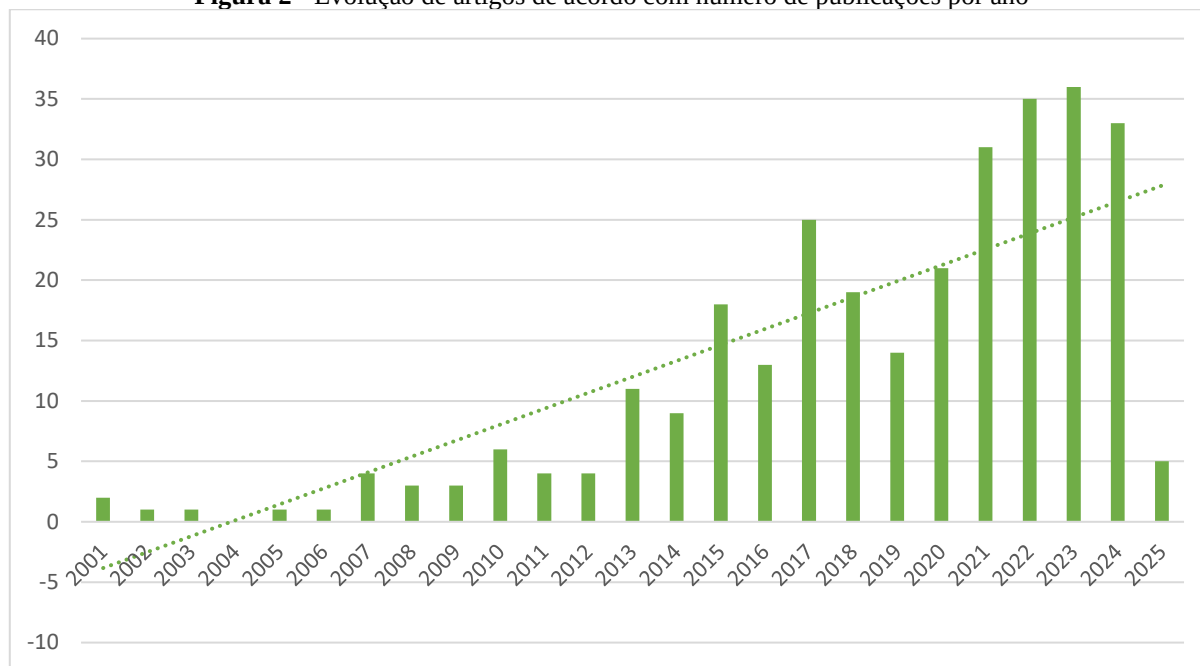
4.1 Análise descritiva

De forma a obter uma caracterização do campo científico sobre Indicação Geográfica e mais especificamente sobre a governança da IG, realizou-se uma análise descritiva dos principais dados bibliométricos dos 300 artigos selecionados. Foram analisados os dados de ano, país, afiliação dos autores, periódicos e os números de citações.

Os resultados descritivos mostram que a pesquisa sobre o tema, disponíveis nas bases consultadas, iniciou no ano de 2001, tendo aumentado ao longo dos anos, especialmente no período de 2021 a 2024, com destaque para os anos de 2022 e 2023 com o maior número de publicações, 35 e 36 publicações respectivamente. Salienta-se que no ano de 2025 só foram considerados os meses de janeiro e fevereiro, dado a coleta de dados ter sido realizada no final

de fevereiro. Assim, nota-se que há uma tendência de crescimento sobre o tema de IG, especialmente quanto a governança, conforme mostra a Figura 2.

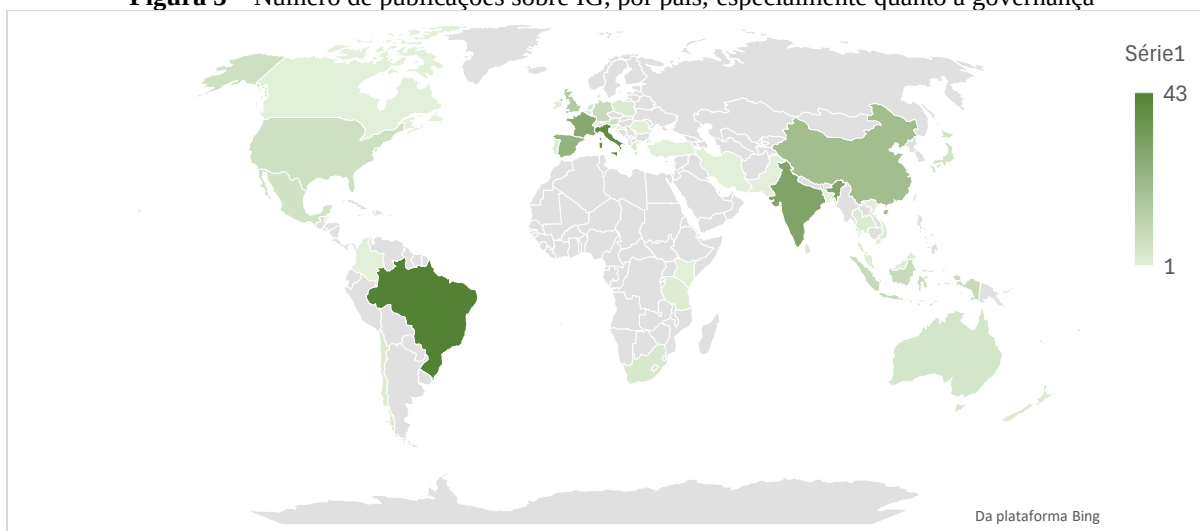
Figura 2 - Evolução de artigos de acordo com número de publicações por ano



Fonte: as autoras

De forma geral, as pesquisas sobre IG, e especialmente quanto à governança, têm sido realizadas em 41 países diferentes, estando presentes em cinco continentes. A **Figura 1**Figura 3 mostra a distribuição das publicações com relação aos países de origem. Os países que mais publicaram sobre a temática são o Brasil e a Itália, com 43 e 40 artigos publicados respectivamente. Países como Índia (30), França (28), Espanha (24), China (20), Reino Unido (15), Alemanha (9), Indonésia (9), Áustria (7), EUA (7) estão entre os 10 que mais publicam sobre o tema.

Figura 3 – Número de publicações sobre IG, por país, especialmente quanto à governança



Fonte: as autoras

Nota-se que apesar da tradição de países europeus, como França e Itália, em utilizar e estudar as IGs (Valente *et al.*, 2012), países com economias emergentes têm cada vez mais utilizado e discutido sobre IG, dados seus potenciais resultados positivos (Milano; Desconsi; Cazella, 2022). Além disso, nota-se que a inclusão da base de dados da *SciELO CI* – base mais voltada para indexação de periódicos da América Latina – impactou para que o Brasil ficasse com a primeira posição de país que mais publica sobre o tema.

Com relação às instituições dos artigos selecionados, identifica-se que a Universidade de Parma na Itália foi a que mais publicou sobre o tema, seguida de duas instituições francesas de pesquisa sobre agricultura, o CIRAD e o INRAE. A Tabela 1 mostra as instituições que mais publicaram sobre o tema. Percebe-se que das 10 instituições que mais publicam todas são advindas dos países que mais publicam sobre o tema. No entanto, dentro os 10 países que mais publicam, países como Índia, China e Reino Unido, por exemplo, não apareceram com suas instituições, indicando que há uma pulverização das instituições que fazem pesquisa sobre IG, especialmente quanto à governança.

Tabela 1 - Instituições que mais publicaram sobre IG, especialmente quanto à governança

Instituições	País	Número de publicações
Parma University	Itália	8
BOKU University	Áustria	7
CIRAD - French Agricultural Research Centre for International Development	França	7
INRAE - France's National Research Institute for Agriculture, Food and Environment	França	7
Universidad de Zaragoza	Espanha	4
Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Brasil	4
Universidade Federal do Rio Grande do sul (UFRGS)	Brasil	4
Universidad de Bologna	Itália	4

Fonte: as autoras

Mais de 170 periódicos publicaram sobre IG e governança da IG. O que mais publicou é o periódico *Sustainability*, com 24 publicações, seguido do *Journal of World Intellectual Property*, com 11, e *World Development*, com 8. A Tabela 2 mostra a distribuição dos periódicos que mais publicaram sobre a temática.

Tabela 2 - Periódicos que mais publicam sobre IG e governança de IG, especialmente quanto à governança

Periódicos	Área de pesquisa	N. de publicações
Sustainability	Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	24
Journal of World Intellectual Property	Direito de propriedade intelectual e aspectos da lei de PI.	11
World Development	Promoção do desenvolvimento mundial	8
British Food Journal	Estudos relativos à alimentação	7
Journal of Intellectual Property Rights	Direitos de propriedade intelectual e sua proteção	7
Journal of Rural Studies	Estudos de ciências sociais rurais	7
Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento regional	7
Agriculture	Ciência e tecnologia de produção agrícola e animal	5
Interações (Campo Grande)	Desenvolvimento local	5
Queen Mary Journal of Intellectual Property	Direito de propriedade intelectual e áreas relacionadas ao direito comercial	5

Fonte: as autoras

Dentre esses periódicos, nota-se que as áreas de pesquisa mais envolvidas na temática da IG estão relacionadas aos aspectos sobre direito de propriedade intelectual, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, ciências sociais rurais, questões relativas à alimentação e a produção agrícola e animal, bem como questões relacionadas ao desenvolvimento, sejam eles mundial, regional, territorial ou local. Isso demonstra a diversidade de áreas que têm sido desdobradas para discutir a Indicação Geográfica e questões relativas à governança das IGs.

Cerca de 770 autores estiveram envolvidos com as publicações sobre IG e governança da IG. Dentre os que mais publicaram estão Belletti, G., Penker, M., e Quiñones-Ruiz, X. F., com oito publicações cada um. Seguidos de Casabianca, F., Mancini, M. C., Marescotti, A., com sete artigos cada. Arfini, F., com 6 publicações. E Lourenzani, A. E. B. S., Marie-Vivien, D., e Scaramuzzi, S., com cinco artigos publicados cada.

Com relação aos artigos mais citados, a Tabela 3 mostra os resultados encontrados. No geral, os artigos mais citados pertencem aos países e aos periódicos que mais publicam sobre o tema, com algumas exceções. Alguns dos artigos mais citados pertencem a autores que mais publicaram, como Belletti, G., Penker, M., Mancini, M. C., e Quiñones-Ruiz, X. F.

Tabela 3 - Os 10 artigos mais citados sobre IG, especialmente quanto à governança

N. citações	Autores	Título	Periódico	Ano	Instituição	País
178	Belletti G.; Marescotti A.; Touzard J.-M.	Geographical Indications, Public Goods, and Sustainable Development: The Roles of Actors' Strategies and Public Policies	World Development	2017	University of Firenze	Itália
156	Bowen, S	Embedding Local Places in Global Spaces: Geographical Indications as a Territorial Development Strategy	Rural Sociology	2010	North Carolina State University	EUA
122	Sanz Cañada J.; Macías Vázquez A.	Quality certification, institutions and innovation in local agro-food systems: Protected designations of origin of olive oil in Spain	Journal of Rural Studies	2005	Instituto de Economía y Geografía	Espanha
117	Bérard L.; Marchenay P.	Local products and geographical indications: Taking account of local knowledge and biodiversity	International Social Science Journal	2006	CNRS	França
80	Mancini M.C.	Geographical Indications in Latin America Value Chains: A "branding from below" strategy or a mechanism excluding the poorest?	Journal of Rural Studies	2013	Parma University	Itália
77	Silva, ARD <i>et al.</i>	Impact of sustainability labeling in the perception of sensory quality and purchase intention of chocolate consumers	Journal of Cleaner Production	2017	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	Brasil
72	Neilson J.; Wright J.; Aklmawati L.	Geographical indications and value capture in the Indonesia coffee sector	Journal of Rural Studies	2018	University of Sydney	Austrália
71	Gangjee D.S.	Proving Provenance? Geographical Indications	World Development	2017	University of Oxford	Reino Unido

		Certification and its Ambiguities				
63	Bramley C.; Kirsten J.F.	Exploring the economic rationale for protecting geographical indicators in agriculture	Agrekon	2007	University of Pretoria	África do Sul
59	Quiñones-Ruiz, XF; <i>et al.</i>	Insights into the black box of collective efforts for the registration of Geographical Indications	Land Use Policy	2016	BOKU University	Áustria

Fonte: as autoras

A partir dos artigos mais citados, como mostrado na Tabela 3, é possível perceber que eles estão mais relacionados com aspectos empíricos das Indicações Geográficas e seus impactos, seja em questões sobre políticas públicas, desenvolvimento sustentável ou territorial, estratégia, agregação de valor em cadeias de valor, esforços coletivos para o registro e questões sobre qualidade. Portanto, há uma gama de temáticas relativas às IGs.

4.2 Análise de rede de co-ocorrência de palavras-chave

A partir dos 300 artigos selecionados realizou-se uma análise de rede de co-ocorrência de palavras-chave, de forma a identificar as principais temáticas discutidas no campo científico sobre a IG, e especialmente quanto à governança. Nos 300 artigos selecionados mais de 1500 palavras-chave dos autores foram observadas, já demonstrando uma diversidade nos trabalhos sobre o tema. A partir dessas palavras foi gerado um mapa de rede contendo as palavras-chave com maior frequência de co-ocorrência entre elas, como mostra a Figura 4.

O mapa da Figura 4 é composto por nós (palavras-chave), representadas por triângulos. Quanto maior for o tamanho do triângulo, maior é a frequência absoluta da palavra-chave. As ligações entre as co-ocorrências são representadas por linhas, e quanto mais espessas, maior a frequência de co-ocorrência entre as palavras-chave. À medida que há fortes relações entre elas são formados grupos de nós, representados por círculos coloridos. A distância entre os círculos e entre os nós indicam a frequência com que eles são associados. Por exemplo, pequenas distâncias significam que as palavras-chaves foram mais associadas.

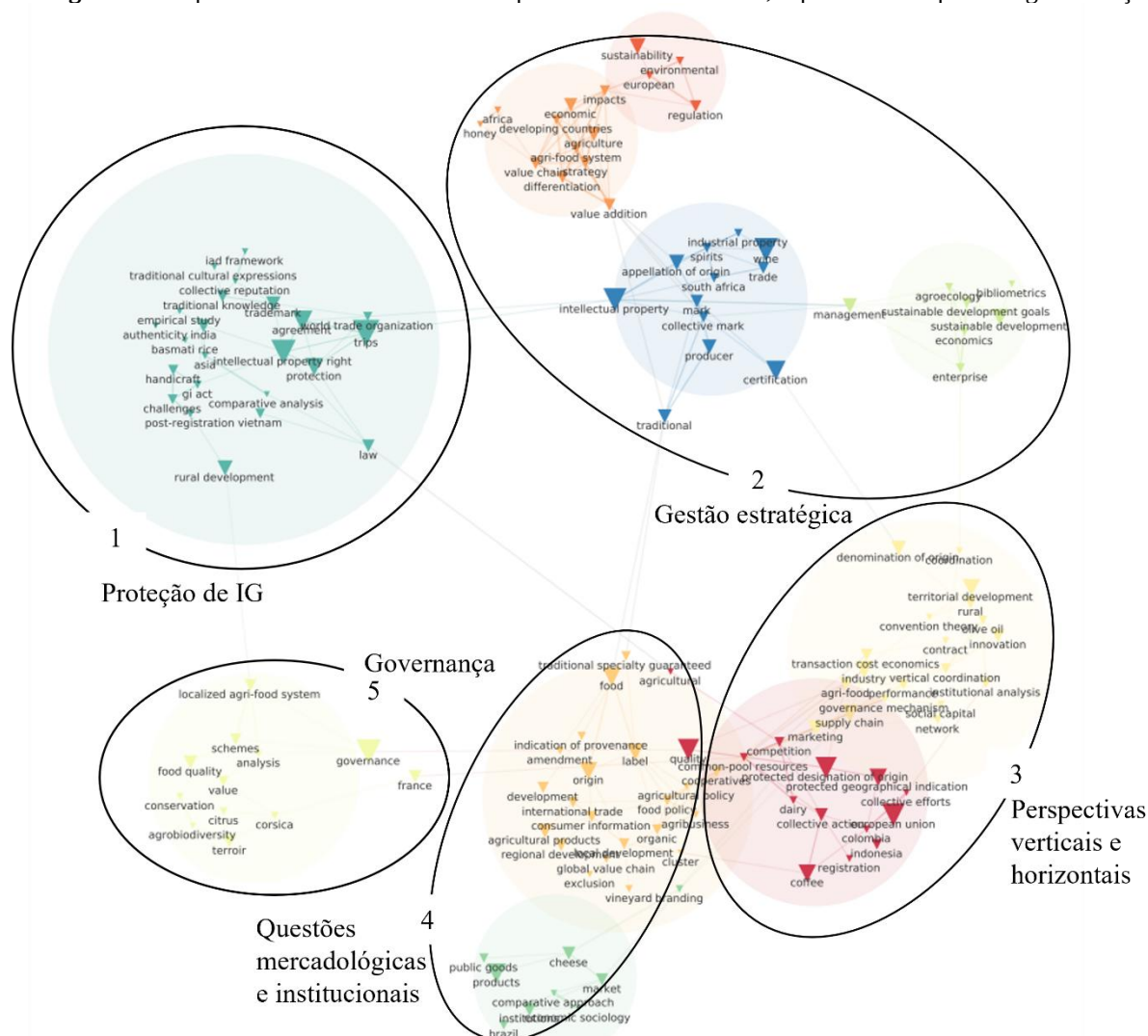
A partir do mapa de rede de co-ocorrência foi possível identificar os eixos temáticos sobre a IG, especialmente quanto à governança, os quais estão enumerados na Figura 4.

De modo geral, observa-se que os estudos sobre a Indicação Geográfica (IG), especialmente quanto à governança, têm estado relacionados ao estudo empírico de diversos produtos, principalmente os de origem agrícola e animal como vinho, café, queijo, mel, óleo de oliva e arroz de basmati (*wine, coffee, cheese, honey, olive oil, basmati rice*), mas também produtos artesanais (*handcraft*). Os estudos têm sido realizados em diversas regiões do mundo, em diferentes blocos políticos e países (ex. *European, Asia, Africa, European Union, Mercosur, France, Brazil, India, South Africa, Vietnam, Corsia, Colombia e Indonesia*). Isso se dá pelas próprias características das Indicações Geográficas, visto que são específicas para cada local (seja por região, bloco econômico ou países), além de serem sempre relacionadas a um produto ou serviço, visto que buscam proteger produtos ou serviços com qualidades, características e reputação devidas à origem geográfica (WIPO, 2025).

Nota-se que as discussões giram em torno de questões sobre proteção das IGs, aspectos da lei, do direito de propriedade intelectual e marca registrada (ex. *law, agreement, intelectual property right, protection, trademark*); questões mais ligadas à estratégia, especialmente em uma perspectiva de cadeia de valor e de sistema agroalimentar (ex. *strategy, differentiation, value addition, value chain, agri-food system*), gestão (ex. *management*) e sustentabilidade,

tanto em aspectos econômicos, quanto ambientais, bem como agroecológicos (ex. *sustainability, environmental, economic, agroecology, sustainable development, sustainable development goals*); e questões sobre marcas coletivas e certificações (ex. *collective mark, certification*).

Figura 4 - Mapa de rede de co-ocorrência de palavras-chave sobre IG, especialmente quanto à governança



Fonte: as autoras

Há discussões sobre diferentes perspectivas de desenvolvimento, como o sustentável, territorial, regional, local, rural e de forma geral (ex. *sustainable development, territorial development, regional development, local development, rural development, development*); discussão sobre questões relativas aos rótulos, ligados a origem e a indicação da qualidade (ex. *label, origin, quality*), além de estar ligada aos próprios tipos das IGs; discussões sobre os bens comuns, especialmente ligados a ações e esforços coletivos (ex. *common-pool resources, collective efforts, collective action*); e questões sobre bens públicos (ex. *public goods*).

Pelo mapa, observa-se que há discussões desmembradas sobre o processo de IG que envolve o registro e o pós-registro (ex. *post-registration, registration*). Nota-se também que aparecem as diferentes formas que as IGs podem assumir, a depender do seu país/ região de origem como Indicação de Procedência e Denominação de Origem – termos mais utilizados no Brasil – como também Indicação Geográfica Protegida e Denominação de Origem Protegida –

termos mais usados por países da União Europeia (ex. *protected designation of origin, protected geographical indication, indication of provenance, denomination of origin*). E por fim, há uma discussão forte sobre governança, tanto em termos gerais, como ligados a Sistemas Agroalimentares Localizados, a Economia dos Custos de Transação (ECT), em aspectos de coordenação vertical, capital social, competição, desempenho e cadeia de suprimento (ex. *governance, governance mechanism, localized agri-food system, transaction cost economics, vertical coordination, performance, competition, agri-food, social capital, supply chain*).

Embora a pesquisa tenha se utilizado de termos referentes a Nova Economia Institucional, Economia dos Custos de Transação e governança territorial, eles não apareceram tão fortemente relacionados, o que indica um espaço na literatura para que isso ocorra e avance quanto às Indicações Geográficas e suas formas de governança.

A partir do mapa de rede de co-ocorrência, foi possível identificar os eixos temáticos sobre a IG, e especialmente quanto à governança, sendo eles: 1) Proteção de IG; 2) Gestão estratégica; 3) Perspectivas verticais e horizontais; 4) Questões mercadológicas e institucionais; 5) Governança.

O primeiro eixo apresenta como tema a proteção da Indicação Geográfica (IG). Os estudos concentrados nesse eixo discutem sobre a lei de proteção das IGs, especialmente considerando os direitos de propriedade intelectual e os acordos relativos às IGs, principalmente o acordo do TRIPS (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*), pautado na Organização Mundial do Comércio (OMC) – em inglês *World Trade Organization (WTO)*, para a comercialização dos produtos com esse selo distintivo (Mulik; Crespi, 2011; Anson, 2018; Zappalaglio, 2022; Datta; Manchikanti; Bhattacharya, 2024). Essas discussões são mais fortes em países da Ásia, como Índia e Vietnã (Anson, 2018; Datta; Manchikanti; Bhattacharya, 2024), porém também são realizadas em outros países, como no estudo de Zappalaglio (2022). Além disso, há discussões voltadas para comparações sobre IGs e as marcas registradas, tanto sobre as vantagens e desvantagens de se adotar uma ou outra forma de proteção, ou ainda se há concorrência entre as duas formas, ou relacionado à forma que as marcas registradas podem proteger as IGs (Mendes; Troskie, 2001; Mulik; Crespi, 2011; Mazé, 2023).

Ainda nesse eixo, há discussões sobre a proteção da IG pós-registro e os desafios enfrentados após a obtenção desse selo, principalmente nas lacunas deixadas nas leis (Akriti; Ghosh, 2024; Shafi *et al.*, 2024). Assim, discute-se questões voltada para a própria lei e de que forma uma governança adequada (envolvendo autoridades e legislação) conseguiria auxiliar a enfrentar esses desafios, de forma a promover o desenvolvimento rural (Akriti; Ghosh, 2024).

O segundo eixo, denominado de Gestão estratégica, trata mais de um olhar estratégico, voltado para agregação de valor e diferenciação, principalmente em países em desenvolvimento e sob uma perspectiva de cadeia de valor e sistema agroalimentar (Vandecastelaere *et al.*, 2020; Wang *et al.*, 2025). Além disso, impactos decorrentes das IGs são analisados e discutidos tanto pela perspectiva econômica quanto ambiental, dentro da sustentabilidade (Vandecastelaere *et al.*, 2020; Falasco; Caputo; Garrone, 2024).

Ademais, os estudos discorrem sobre as formas de agregar valor nas IGs e se de fato há esse resultado esperado (Bustamante, 2019; Martínez-Salvador; Pacheco, 2022), sejam por meio de apelação de origem/ denominação de origem ou por marcas, inclusive marcas coletivas (Bustamante, 2019). No entanto, os resultados dos estudos revelam que apesar desse potencial esperado, a agregação de valor depende da governança implementada e que leve em consideração a colaboração e coordenação entre os atores (Bustamante, 2019; Martínez-Salvador; Pacheco, 2022). Portanto, pode-se perceber que, de modo geral, os estudos que abordam agregação de valor estão relacionados com a possibilidade, ou seja, o potencial que existe de as IGs gerarem agregação de valor cujas discussões indicam a necessidade de governança (Bustamante, 2019; Martínez-Salvador; Pacheco, 2022).

Esse eixo dois também traz um debate sobre as IGs levarem ao desenvolvimento sustentável, inclusive visando atingir os ODSs (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU (Organização das Nações Unidas) (Barrera, 2020). E por fim, há estudos sobre agroecologia mais voltados para uma visão de gestão e como ela pode se relacionar com as IGs (Barrera, 2020; Owen *et al.*, 2020).

Já o eixo três está relacionado com discussões em Perspectivas verticais e horizontais. Na perspectiva vertical, há questões voltadas para coordenação vertical, principalmente sobre as formas de governança, como contrato e governança relacional (Camanzi *et al.*, 2018a; Camanzi *et al.*, 2018b; Rackl; Menapace, 2025). Essas discussões estão vinculadas a abordagem de cadeia de suprimentos e possuem como objetivo o desempenho e a eficiência das transações e cadeias (Camanzi *et al.*, 2018a; Camanzi *et al.*, 2018b; Rackl; Menapace, 2025). Neste sentido, a Economia dos Custos de Transação (ECT) fornece aporte teórico (Fernández-Barcala; González-Díaz; Raynaud, 2017; Camanzi *et al.*, 2018a). Em conexão, na perspectiva horizontal estão concentrados trabalhos sobre relações horizontais, principalmente considerando aspectos coletivos que são analisados com o aporte dos recursos de uso comum (Fernández-Barcala; González-Díaz; Raynaud, 2017).

Nota-se que é neste eixo que se concentram mais a utilização de teorias para estudar aspectos das Indicações Geográficas, como a teoria da Economia dos Custos de Transação (Fernández-Barcala; González-Díaz; Raynaud, 2017; Camanzi *et al.*, 2018a), Teoria das Convenções (Caetano, 2015; Kohsaka; Miyake, 2021) e Teoria dos Comuns, com os recursos de uso comum (*common-pool resources*) (Dervillé; Allaire, 2014; Fernández-Barcala; González-Díaz; Raynaud, 2017). Ademais, é nesse eixo temático que se encontram os termos referentes aos tipos de IG usados na União Europeia – *Protected Designation of Origin* e *Protected Geographical Indication*). Conectado a esses termos, há também discussões relativas à qualidade (Caetano, 2015; Fernández-Barcala; González-Díaz; Raynaud, 2017; Kohsaka; Miyake, 2021). Além disso, nesse eixo, a discussão sobre desenvolvimento territorial se mostra mais forte. Os estudos discorrem sobre as IGs promoverem o desenvolvimento territorial (Fernández-Barcala; González-Díaz; Raynaud, 2017), especialmente em áreas rurais (Anjos; Sacco; Caldas, 2013; Pellin; Vieira, 2015).

No eixo quatro, Questões mercadológicas e institucionais, há uma discussão mais centrada sobre rótulo, os quais irão indicar origem – e apontando ser uma Indicação Geográfica – bem como outros tipos de certificações, como orgânico e *fair trade*, estudados em comparação com o da IG (Boisvert; Caron, 2010; Yu *et al.*, 2024). Esses rótulos são vistos como necessários e estudados dentro do agronegócio e para produtos alimentares (Yu *et al.*, 2024). Ademais, os rótulos são importantes para identificar a qualidade dos produtos e comunicar sua procedência para os consumidores (Moir, 2023; Toma *et al.*, 2023). Além disso, há o olhar tanto para o global, na perspectiva de *global value chain* (Mancini, 2013), como para o regional e local, especialmente relacionados ao desenvolvimento (Moir, 2023; Toma *et al.*, 2023). Por fim, nesse eixo ainda há discussões mais voltadas para as instituições envolvidas nas IGs (Wilkinson; Cerdan; Dorigon, 2017; Fracarolli, 2021).

O último eixo temático, intitulado Governança, tem mais concentrada as discussões sobre governança, porém sem bases teóricas para essa análise, considerando especialmente aspectos institucionais (Marie-Vivien *et al.*, 2017) e de desempenho e qualidade (López-Bayón *et al.*, 2018). Embora em sua maioria não tenha aporte teórico, há uma discussão de governança ligada aos Sistemas Agroalimentares Localizados (Perito *et al.*, 2017; Salvador, 2021). Além disso, são investigados os impactos das IGs na conservação de agrobiodiversidade e como a governança possui papel fundamental para que esses impactos sejam positivos (Milano; Cazella, 2021; Saxena; Frison, 2024).

Um ponto importante que deve ser destacado é o fato de que, embora não apareçam no mapa todas as palavras-chave do corpus do levantamento, pôde-se notar que não há uma padronização dos termos utilizados pelos autores dos artigos referentes aos tipos de Indicações Geográficas, isso por vezes decorre da tradução errônea para o inglês – que não é o idioma nativo. Um exemplo disso está em artigos brasileiros que colocam como palavras-chave o tipo de IG da Denominação de Origem, mas em seu uso no inglês utilizam tanto o termo *denomination of origin* quanto *designation of origin*. De forma similar, o próprio INPI não deixa claro qual termo utilizar, apesar de sinalizar em sua página na versão inglês para o uso do termo *denomination of origin* (INPI, 2020). Esse uso irregular do termo pode impactar nas discussões, especialmente ao considerar aspectos de governança, pois a depender do tipo de IG, pode-se demandar formas diferentes de governança. Além desse exemplo, outros são vistos também, em que não há essa padronização no uso do termo, os quais são utilizados de forma irrestrita e sem devidas definições, como desenvolvimento territorial, desenvolvimento rural, desenvolvimento regional e desenvolvimento local.

Por fim, embora sejam vistos trabalhos sobre IG que possuem aporte teórico consolidados, como ECT, Teoria das Convenções, Sociologia Econômica, Teoria dos Comuns, NEI, em uma grande parte não se tem utilizado de bases teóricas. Pode-se ver que esses trabalhos apresentam muito mais descrições de casos do que análises baseadas em teorias. Isso pode explicar o uso não padronizado dos termos e pode contribuir para o não desenvolvimento do campo científico de forma coesa.

5. Considerações finais

Em suma, constatou-se que a produção científica mundial sobre Indicação Geográfica (IG), especialmente quanto à governança, vem crescendo ao longo dos anos e sendo realizadas em diversas partes do mundo. Embora seja mais tradicional no Norte Global, particularmente na Europa, estudos no Sul Global têm estado cada vez mais presentes, principalmente em discussões sobre os potenciais resultados esperados por essa ferramenta.

Os estudos sobre IG e governança têm sido mais empíricos e para estudar diversos produtos, como vinho, café, queijo, mel, artesanatos etc. As discussões são relativas à proteção das IGs, em aspectos da lei, do direito de propriedade intelectual e marca registrada; à gestão estratégica, principalmente sobre estratégia de diferenciação e agregação de valor; perspectivas verticais e horizontais, em que são discutidas coordenação vertical, mecanismos de governança e ações coletivas nas IGs – é nesse eixo que está mais concentrada a ECT; questões mercadológicas e institucionais, considerando a rotulagem, de forma a mostrar ao consumidor a origem, as certificações e a qualidade dos produtos, bem como sobre as instituições envolvidas nas IGs; e governança, em que está mais concentrada as discussões sobre governança, principalmente voltada para a abordagem de Sistemas Agroalimentares Localizados.

Apesar da discussão sobre governança estar mais concentrada no eixo cinco, ela é vista em todos os eixos temáticos, sendo uma discussão transversal. No entanto, a governança territorial e a econômica (relacionada com as teorias da NEI e ECT), não apareceram tão fortemente relacionadas. Isso pode indicar uma laguna no campo científico, de forma que há espaço para se utilizar dessas teorias relacionadas as IGs visando maior entendimento e avanço sobre essa ferramenta. Isso se torna ainda mais relevante ao perceber que há pouco aporte teórico sendo mobilizado para estudar as IGs, inclusive quando o assunto é governança, conforme mostrado na revisão bibliométrica.

Nesse sentido, os resultados mostraram que há termos sendo utilizados de forma genérica, irrestrita, sem um cuidado de padronização, tradução e definição, o que advém também dessa falta de aporte teórico – termos dos tipos de IG, do próprio termo de governança,

e os diferentes termos sobre desenvolvimento, como desenvolvimento territorial, sustentável, rural, regional, local etc. Isso pode gerar discussões mais genéricas e trabalhos mais descritivos, o que impacta no avanço das próprias Indicações Geográficas, especialmente considerando a governança e o desenvolvimento territorial, como resultado esperado dessa ferramenta.

Referências

ANJOS, D.; SACCO, F.; CALDAS, N.V. Geographical indications are an effective tool for development of territories rural? Experience "Vale dos Vinhedos" in Southern Brazil. **Agroalimentaria**, v. 19, n. 37, p. 39-49, 2013.

ANSON, C. J. Geographical Indications Act in India and veracity: a producer perspective. **Queen Mary Journal of Intellectual Property**, v. 8, n. 3, 2018.

AKRITI; GHOSH P. Challenges in the Utilization of GI Registration for Capitalizing GI Products. **Journal of Intellectual Property Rights**, v. 29, n. 5, 2024.

AZEVEDO, Paulo Furquim de. Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agric. São Paulo**, SP, 47 (1): 33-52, 2000.

BARRERA, A.G. Geographical indications for UN sustainable development goals: Intellectual property, sustainable development and M&E systems. **International Journal of Intellectual Property Management**, v. 10, n. 2, p. 113-173, 2020.

BUSTAMANTE J. C. Intellectual property rights as branding services for exports value-adding: An analysis of Chile's 'Sello de Origen' programme. **International Journal of Intellectual Property Management**, v. 9, n. 3-4, p. 315-341, 2019.

CAMANZI L. *et al.* A structural-functional theory approach to vertical coordination in agri-food supply chains: Insights from the "Gran Suino Italiano" inter-branch organisation. **Economia Agro-Alimentare**, v. 20, n. 2, p. 169-180, 2018a.

CAMANZI L. *et al.* A structural equation modeling analysis of relational governance and economic performance in agri-food supply chains: evidence from the dairy sheep industry in Sardinia (Italy). **Agricultural and Food Economics**, v. 6, n. 1, 2018b.

CHAVES, J. L. *et al.* **Indicação Geográfica e desenvolvimento local: uma revisão integrativa das experiências de certificação geográfica no brasil**. In: Pacheco, C. S. G. R.; Santos, R. P. dos. (Org.). Geografia Agrária: ciência e tecnologia como estratégia de desenvolvimento. 2024.

CHIMENTO, M. R.; FERNANDES, L. R. R. M. V. Construindo o mosaico: o papel da EMBRAPA na governança das indicações geográficas de vinho do rio grande do sul. **Caderno de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 34, n. 3, p. 267-295, 2017.

DALLABRIDA, V. R. Governança Territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**. V. L, n. 215. 2015.

DALLABRIDA, V. R. *et al.* Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 7(1), 2021.

DULLIUS, P. R. Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: as experiências do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Agronomia. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

FALASCO, S.; CAPUTO, P.; GARRONE, P. Can Geographical Indications promote environmental sustainability in food supply chains? Insights from a systematic literature review. **Journal of Cleaner Production**, v. 444, 2024.

FERNÁNDEZ-BARCALA, M.; GONZÁLEZ-DÍAZ, M.; RAYNAUD, E. Contrasting the governance of supply chains with and without geographical indications: complementarity between levels. **Supply Chain Management-an International Journal**, v. 22, n. 4, p. 305-320, 2017.

FRACAROLLI, G. S. The Effects of Institutional Measures: Geographical Indication in Mercosur and the EU. **Sustainability**, v. 13, n. 6, 2021.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. Geographical Indications. Disponível em: < <https://www.fao.org/geographical-indications/en> >. Acesso em: 24 mar. 2025.

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Geographical Indication in Brazil. 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/inpi/en/services/geographical-indications/geographical-indication-in-brazil> >. Acesso em: 24 mar. 2025.

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Manual de Indicação Geográfica. 2023a. Disponível em: < https://manualdeig.inpi.gov.br/projects/manual-de-indicacoes-geograficas/wiki/02_Indica%C3%A7%C3%A3o_Geogr%C3%A1fica_e_esp%C3%A9cies_de_registro >. Acesso em: 16 set. 2023.

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Pedidos de Indicação Geográfica no Brasil. Disponível em: < <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil> >. Acesso em: 24 mar. 2025.

JOSKOW, P. L. New institutional economics: a report card. **Conference of International Society of New Institutional Economics**, Budapest, Hungary, Setembro, 2004.

LÓPEZ-BAYÓN, S. *et al.* Governance decisions in the supply chain and quality performance: The synergistic effect of geographical indications and ownership structure. **International Journal of Production Economics**, v. 197, 2018.

MARTÍNEZ-SALVADOR, L. E.; PACHECO, F. M. V. Modelos de governanza en las denominaciones de origen para el desarrollo territorial. Aproximaciones desde el caso del cacao en América Latina. **Estud. Soc. Rev. de alimentación contemporánea y desarrollo regional**, v. 32, n. 60, 2022.

MÉNARD, C.; SHIRLEY, M. M. The future of new institutional economics: from early intuitions to new paradigm? **Journal of Institutional Economics**, v. 10, n. 4, 2014.

MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. Da governança da indicação geográfica à governança da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da teoria dos comuns. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 74–92, 2022.

MILANO, M.; DESCONSI, C.; CAZELLA, A. A. O processo social de construção de indicação geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no Planalto Norte Catarinense. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 59, 110-133, 2022.

MOHER, D., *et al.* Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *British Medical Journal*, 339(7716), 332-336, 2009.

MOIR, H.V.J. Europe's GI Policy and New World Countries. **Journal of World Trade**, v. 57, n. 6, p. 957-970, 2023.

MULIK, K.; CRESPI, J. M. Geographical indications and the trade related intellectual property rights agreement (TRIPS): A case study of basmati rice exports. **Journal of Agricultural and Food Industrial Organization**, v. 9, n. 1, 2011.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. 1 ed. New York: Cambridge University Press, 1990.

OMC – Organização Mundial do Comércio. Acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/backup/legislacao-1/27-trips-portugues1.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

OLIVEIRA, S. I. N. de. **Instituições e Governança**: um estudo sobre o desenvolvimento territorial. Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

PALOMINO, M. E. P. *et al.* O Papel da Governança na Estruturação das Indicações Geográficas no Estado do Espírito Santo. **Incaper em Revista**, Vitória, v. 11 e 12, 2021.

PELLIN V.; VIEIRA A.C.P. Contributions of geographical indications for territorial strengthening in rural space: A case study in southern Brazil. **Espacios**, v. 36, n. 8, 2015.

PERITO, M. A. *et al.* Heterogeneous Organizational Arrangements in Agrifood Chains: A Governance Value Analysis Perspective on the Sheep and Goat Meat Sector of Italy. **Agriculture-Basel**, v. 7, n. 6, 2017.

RACKL, J.; MENAPACE, L. Coordination in agri-food supply chains: The role of Geographical Indication certification. **International Journal of Production Economics**, v. 280, 2025.

SALVADOR, L. E. M. Territorial Governance and Institutional Protection for the Development of Localized Agri-Food Systems (LAFS). Analysis of two ancestral Latin American crops: quinoa from Bolivia and cocoa from Mexico. **RIVAR**, v. 8, n. 23, p. 33-50, 2021.

SHAFI, M. *et al.* Geographical indications (GIs) protection in Pakistan: assessing the role of new legislation in sustainable development. **Asian Journal of Technology Innovation**, v. 33, n. 2, p. 1-32, 2024.

SILVA, F. N. DA, *et al.* Desafios à institucionalização das indicações geográficas no Brasil. **DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate**, 2(2), 31–44. 2012.

TEIXEIRA NETO, E. T.; PIGATTO, G. A. S.; LOURENZANI, A. E. B. S. Cocoa production with geographical indication GI in the region of linhares/ES: Aspects of governance and quality. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. 14(3). 2018.

TOMA P. *et al.* Familiar worldwide: how PDO products reflect quality in consumers' appraisal and Behaviour. **TQM Journal**, v. 35, n. 2, p. 470-491, 2023.

VALENTE, M. E. R., *et al.* Indicação geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia. *Ciência Rural*, 42(3), 551-558, 2012.

VANDECANDELAERE, E., *et al.* *Strengthening sustainable food systems through geographical indications: An analysis of economic impacts*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2018.

WILLIAMSON, O. E. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**, The Free Press, New York, 1985.

WILLIAMSON, O. E. The New Institutional Economics: taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**, v. 38, p. 595-613. 2000.

WILLIAMSON, O. E. Transaction cost Economics: The natural Progression. **Prize lecture**, 2009.

WIPO - World Intellectual Property Organization. World Intellectual Property Indicators 2024: Highlights. Geneva: WIPO. Disponível em: < <https://www.wipo.int/web-publications/world-intellectual-property-indicators-2024-highlights/en/index.html> >. Acesso em: 24 mar. 2025.

WIPO – World Intellectual Property Organization. Geographical Indications. Disponível em: < <https://www.wipo.int/en/web/geographical-indications> >. Acesso em: 24 mar. 2025.

YU, H. L. *et al.* Geographical indications and organic labels: complements or substitutes? - the case of online rice consumption in China. **Applied Economics**, 2024.

ZAPPALAGLIO, A. Getting Article 22(1) TRIPS Right: A Commentary on the Definition of 'Geographical Indication' from a European Union Perspective with a Focus on Wines. **Journal of World Investment & Trade**, v. 23, n. 2, 2022.

ZILBERSZTAJN, D. *et al.* **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.